

Ofício Nº 09/2026 GAB/SMS

Jacaré dos Homens, 12 de fevereiro 2026.

PARA: Dr. Fernando Ribeiro Toledo – Presidente do Tribunal de Contas de Alagoas – TCE-AL

ASSUNTO: Prestação de Contas da Gestora da Saúde, ano 2025, conforme a Resolução Nº 01/2016 no Anexo VI, item 1.

Senhor Presidente

Estamos encaminhando a documentação solicitada para comprovação e prestação de contas do exercício de 2025, junto ao Tribunal de Contas de Alagoas (TCE-AL), referente aos itens de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde do Anexo VI da Resolução Normativa TCE/AL Nº 001/2016.

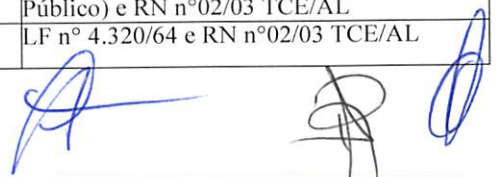
Atenciosamente,
Laudicélia Melo da Silva
Sec. Mun. De Saúde
Portaria Nº 04/2025

Laudicélia Melo da Silva
Secretária Municipal de Saúde

Anexo VI

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM COMPOR A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO GESTOR DOS FUNDOS MUNICIPAIS/ESTADUAIS DE SAÚDE

ITEM	COMPONENTES	LEGISLAÇÃO
01	Ofício de encaminhamento contendo sumário da documentação acostada, declarando, o gestor, que apresenta, perante o Tribunal de Contas, as peças, informações e documentos de sua prestação de contas, responsabilizando-se pela veracidade de seu conteúdo.	
02	Relatório de gestão abordando aspectos de natureza orçamentária, financeira, fiscal, operacional e patrimonial, organizado de forma que permita uma visão de conformidade e desempenho dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa.	Lei Estadual nº 5.604/94, art. 7º, I.
03	Quadro de detalhamento das despesas da Unidade Saúde e, também, os atos que modificaram o orçamento inicial fixado.	Art. 165, inc. III, §§5º, 6º e 8º da CR/88, art. 176, inc. III, §§5º ao 8º da CE/89, art. 5º da LRF e RN nº 02/03 TCE/AL
04	Cópias dos decretos de créditos adicionais abertos no exercício, tendo a Unidade Saúde como beneficiário.	RN nº 02/03 TCE/AL
05	Demonstrativo dos créditos adicionais contendo informações sobre os créditos abertos no exercício: lei autorizativa, instrumentos de abertura, natureza, valor e fonte de recursos utilizada, dentre outras informações, inclusive, tendo a Unidade Saúde como beneficiário.	RN nº 02/03 TCE/AL
06	Quadro demonstrativo das transposições, remanejamentos e transferências de recursos, com as cópias dos seus atos normativos.	Art. 167, inc. VI da CR/88 e art. 178, inc. VI da CE/89
07	Termo de Conferência das disponibilidades financeiras (caixa e bancos) com assinatura(s) do(s) responsável(is).	RN nº 02/03 TCE/AL
08	Quadro Demonstrativo dos saldos bancários existente em 31/12 do ano do Balanço (contas individualizadas).	RN nº 02/03 TCE/AL
09	Conciliações e Extratos Bancários que comprove o saldo existente no final do exercício.	RN nº 02/03 TCE/AL.
10	(Anexo 11) Comparativo das Despesas Autorizadas com a Realizada.	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL
11	(Anexo 12) Balanço Orçamentário.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
12	(Anexo 13) Balanço Financeiro.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
13	(Anexo 14) Balanço Patrimonial.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
14	(Anexo 15) Demonstrativo das Variações Patrimoniais.	LF nº 4.320/64, Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público) e RN nº02/03 TCE/AL
15	(Anexo 17) Demonstrativo da Dívida Flutuante.	LF nº 4.320/64 e RN nº02/03 TCE/AL



16	Demonstrativo dos Fluxos de Caixa.	Portaria STN nº 437/12, que aprovou o MCAPS e alterações (Parte V - Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público)
17	Inventário Físico dos Bens Móveis e Imóveis	RN nº 02/03 TCE/AL
18	Inventário dos bens existentes no Almoxarifado.	RN nº 02/03 TCE/AL
19	Rol dos Adiantamentos (suprimento de fundos).	Art. 13 da LE nº 5.604/94
20	Relação de restos a pagar, identificando os valores processados e os não processados.	LF nº 4.320/64
21	Relação dos Processos Licitatórios ocorridos no exercício.	LF nº 8.666/93 e RN nº 02/03 TCE/AL
22	Relação das despesas efetuadas com dispensa ou inexigibilidade de licitação.	Art. 26 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações
23	Nome dos servidores que compõem a Comissão de Licitação/Pregoeiro e equipe de apoio e os respectivos cargos/funções na administração pública.	LF nº 8.666/93 e legislação afim.
24	Relação dos convênios firmados no exercício.	Art. 1º, inc. XX e art. 5º, inc. VI Lei nº 5.604/94 - LOTCE/AL
25	Cópias de Leis que autorizam alienação de bens, assim como, procedimento administrativo quanto houver no exercício, registros contábeis de compra, de desapropriação e de alienação de bens imóveis.	RN nº 02/03 TCE/AL e RN nº 03/07 TCE/AL.
26	Declaração do gestor, que o Portal da Transparência contém as informações do Resumo Mensal da Folha de Pagamento (Regime Geral de Previdência Social – RGPS e Regime Próprio de Previdência Social – RPPS	Art. 48, parágrafo único, incs. I, III e Art. 48-A da LC nº 101/00 – LRF.
27	Plano de Saúde Plurianual.	Art. 38 da Lei nº 141/12.
28	Programação anual de saúde do exercício a que se refere à prestação de contas.	Portaria MS nº 2135/2013
29	Relatório de gestão da saúde bem como Relatório de indicadores de monitoramento e avaliação do Pacto Pela Saúde do exercício a que se refere à Prestação de Contas ou suas alterações.	Lei n. 8.142/1990 e Portaria MS nº 2135/2013. Portaria MS nº 2135/2013.
30	Certidão contendo a composição do Conselho de Saúde, bem como sua respectiva representatividade distribuída entre usuários, profissionais de saúde, prestadores de serviços e representantes do governo.	Art. 41 da LC141/12 e Portaria MS nº 2135/2013.
31	Atas das reuniões do Conselho de Saúde do exercício a que se refere a prestação de contas, das reuniões até o final de maio, setembro e fevereiro.	Portaria MS nº 2135/2013.
32	Ata da reunião do Conselho que aprovou o Plano Municipal/Estadual de Saúde vigente no exercício a que se refere à Prestação de Contas ou suas alterações.	Portaria MS nº 2135/2013.
33	Pareceres do sobre as fiscalizações e acompanhamento do desenvolvimento das ações e serviços de saúde.	Portaria MS nº 2135/2013).
34	Relatórios de auditorias realizadas pelo Conselho de Saúde, informando que medidas foram tomadas para saneamento das	Portaria MS nº 2135/2013.
35	Certidão Contendo a situação quanto ao envio do Relatório de Gestão do exercício em questão ao SARGSUS.	Lei n.º 8.142/1990 e Portaria MS nº 2135/2013.
36	Cópia da norma instituidora do Conselho da Saúde	Art. 41 da LC141/12
37	Cópia da Avaliação do Conselho da Saúde	
38	Parecer do controle interno atestando a veracidade dos dados constantes na prestação de contas.	CR/88, CE/89, LF nº 4.320/64, LE nº 5.604/94 - LOTCE/AL, LC nº 101/00 - LRF e IN nº 03/11 TCE/AL



ESTADO DE ALAGOAS
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO



39	Protocolo de envio e demonstrativos referentes às informações prestadas por meio do Sistema de Informações sobre Orçamentos	Portaria Conjunta MS/PGR n° 1.163/2000, retificada pela Portaria Interministerial n°
40	Cópias da Atas das Audiências Públicas	Arts. 31, parágrafo único e 36 §5° da Lei Complementar n° 141/2012.
41	Nota Explicativa quando houver no exercício, Devedores Diversos, Cancelamento de Resto a Pagar, entre outras situações merecedoras de esclarecimentos.	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - NBCT 16.6 / Portaria STN n° 437/12 (e alterações).